


RESENHA

 <https://doi.org/10.59776/2357-8203.2026.7808>

RESENHA DE “REAÇÕES À IGUALDADE DE GÊNERO E OCUPAÇÃO DO ESTADO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)”, DE FLÁVIA BIROLI, LUCIANA TATAGIBA E DÉBORA FRANÇOLIN QUINTELA

REVIEW OF “REAÇÕES À IGUALDADE DE GÊNERO E OCUPAÇÃO DO ESTADO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)”, BY FLÁVIA BIROLI, LUCIANA TATAGIBA AND DÉBORA FRANÇOLIN QUINTELA

Tainá Mel de Azevedo Monte Paiva¹
Verônica Palmira Salme de Aragão²
<https://orcid.org/0000-0003-2250-8051>

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; QUINTELA, Débora Françolin. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). In: **Opinião pública**: Revista do CESOP, Campinas, v. 30, p. 1-32, 2024.

Publicado em 2024, no volume 30 da revista “Opinião Pública”, da Editora da Unicamp, o artigo “Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022)”, de autoria das pesquisadoras Flávia Biroli — Professora Titular da Universidade de Brasília (UnB), Luciana Tatagiba — Professora Livre-

¹ Graduanda do Curso de Letras com habilitação em Português e suas Respectivas Literaturas (UERN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3399404521932260>. E-mail: tainamelazvp@gmail.com

² Mestra em Língua portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (2006) e doutora em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). É professora adjunta IV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e, atualmente, coordena o Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, da UERN, além de integrar o PROFLETRAS da mesma Universidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9361633594985944>. E-mail: veronicasalme@uern.br



Docente do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Unicamp, e Débora Françolin Quintela — Doutora em Ciência Política pela UnB, examina como o governo Bolsonaro (2019-2022) usufruiu da estrutura estatal para frear políticas de igualdade de gênero. As autoras investigam três ministérios centrais: o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o da Saúde (MS) e o da Educação (MEC), e apontam precisamente o modo com o qual a ocupação desses espaços por figuras conservadoras e religiosas resultou em um processo deliberado de desmonte institucional. Para tanto, Biroli, Tatagiba e Quintela (2024) elaboram o conceito de “coalizão convergente antifeminista” o qual caracteriza o conjunto de forças políticas e sociais que, durante o governo de Jair Bolsonaro, se articularam contra as pautas feministas e de diversidade, transformando a reação à igualdade em um projeto político de Estado.

De maneira resumida, introdutoriamente, as autoras expõem a base teórica que sustenta a noção de contramovimento antifeminista e a contextualização histórica da ascensão de discursos de ódio e moralidade conservadora na política brasileira. Em seguida, cada um dos Ministérios supracitados são analisados como um caso específico de captura institucional: no MMFDH, a gestão passa a priorizar uma agenda centrada na “família tradicional”, deslocando o debate de gênero para uma perspectiva moral e religiosa; no Ministério da Saúde, a interferência de militares e grupos religiosos restringe políticas de saúde sexual e reprodutiva, especialmente as voltadas às mulheres; e, no MEC, a ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero” culmina na extinção de programas de diversidade e inclusão. Ao analisar esses movimentos, as autoras enfatizam que não ocorreram de forma isolada, mas constituem um projeto articulado que reposicionou o Estado como agente de resistência às pautas de igualdade. Nas conclusões, alertam aos impactos dessa ocupação sobre a democracia e sobre a cidadania de mulheres e grupos minorizados, destacando que a deslegitimação do feminismo se deu como parte de um esforço sistemático de reconfiguração ideológica do Estado brasileiro.

Verifica-se, dessa forma, que se trata de uma análise rigorosa, que oferece uma contribuição relevante para compreender como o antifeminismo se institucionaliza nas estruturas públicas. Assim sendo, o aspecto mais notável do texto é a concatenação entre teoria política e análise empírica, que permite, tangivelmente, assimilar como decisões administrativas e nomeações estratégicas se transformam em instrumentos de reação à igualdade de gênero. Biroli, Tatagiba e Quintela (2024) evidenciam que o Estado, em vez de neutro, pode ser usado como ferramenta para restringir direitos, o que amplia o entendimento sobre os mecanismos de poder na política contemporânea.

No entanto, apesar do fôlego teórico e metodológico, nota-se que a pesquisa poderia dialogar mais diretamente com as experiências de grupos subalternizados, em especial mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, cujas vivências foram diretamente afetadas pelas políticas analisadas. Esse ponto pode ser pensado à luz do conceito de “lugar de fala” desenvolvido por Djamila Ribeiro (2017), segundo o qual reconhecer as vozes historicamente silenciadas é fundamental para construir análises mais justas e plurais. Para Ribeiro, compreender o lugar de fala significa reconhecer que a posição social influencia as formas de perceber e de narrar o mundo, e que a exclusão de determinadas perspectivas reproduz desigualdades



simbólicas e epistemológicas. Logo, incluir essas vozes poderia tornar a análise mais sensível às múltiplas camadas da exclusão de gênero e raça presentes no contexto abordado.

Inferre-se, portanto, que o artigo de Biroli, Tatagiba e Quintela (2024) representa uma contribuição para além da academia e dos estudos de gênero e ciências políticas brasileiras, pois fornece compreensão do momento político recente do país e suas consequências para a democracia. Por revelar como o antifeminismo foi incorporado à máquina estatal e transformado em política de governo, no texto há um convite à reflexão sobre o papel do Estado enquanto mantenedor ou atenuador de desigualdades. Mesmo com possíveis ampliações, é um artigo relevante, que ajuda a compreender as tensões entre gênero, poder e democracia no Brasil contemporâneo. Vale a leitura para pensar criticamente o impacto do conservadorismo nas políticas públicas e os desafios ainda presentes na luta pela igualdade.

REFERÊNCIA

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

Recebido: 23/02/2026

Aceito: 31/03/2026

Publicado: 02/06/2026

COMO CITAR:

PAIVA, Tainá Mel de Azevedo Monte; ARAGÃO, Verônica Palmira Salme de. Resenha de “Reações à Igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022)”, de Flávia Biroli, Luciana Tatagiba e Débora Françolin Quintela. **Colineares**, Mossoró, Brasil, v. 11, n. 2, p. 1–3, 2026. DOI: 10.59776/2357-8203.2026.7808. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/7808>. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/7808>.